

PROCESSO - A. I. Nº 206840.0001/98-5  
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECORRIDO - H. STERN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.  
RECURSO - REPRESENTAÇÃO PGE/PROFIS  
ORIGEM - IFEP – DAT/METRO  
INTERNET - 22/12/2005

## CÂMARA SUPERIOR

ACÓRDÃO CS Nº 0044-21/05

**EMENTA:** ICMS. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. Representação da Procuradoria da Fazenda propondo que Auto de Infração seja julgado Improcedente em face de não ser devida a exigência do imposto das operações, cujas exportações foram comprovadas através das declarações de despachos aduaneiros registrados no SISCOMEX. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Sr. Procurador Chefe da PGE/PROFIS através de despacho exarado às fls. 583 a 585 deste PAF reporta-se ao fato de que o presente PAF foi devolvido a este Conselho face a um pedido de vista anteriormente solicitado. Diz aquela autoridade tratar-se da “*verificação fática acerca da efetiva prova da exportação das mercadorias, através da venda feita a estrangeiros residentes no exterior, como havia sido definido no âmbito então Comitê Tributário, órgão interno da Secretaria da Fazenda, responsável pela consolidação do entendimento do Estado acerca da tributação*”. Afirma que se “*mostrava necessária a efetiva definição da matéria no âmbito administrativo, que resultaria do julgamento do primeiro caso submetido ao crivo do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, por força do artigo 3º, inciso XI da Lei Complementar Estadual nº 005/91, Auto de Infração nº 115484.0015/02, o que se deu através do v. acórdão nº 533/2004, determinando o cancelamento do auto de infração mencionado*”. Salienta o Sr. Procurador Chefe que “*nesse ínterim, e considerando que o julgamento do TCE não tem efeito suspensivo, sobreveio o julgamento da exceção de pré-executividade oposta pela autuada em face da Execução Fiscal nº 474403-2/2004, referente ao Auto de Infração nº 115484.0015/02-0, perante a 2ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, que além de acolhê-la para determinar o cancelamento do Auto de Infração, condenou o Estado na verba honorária de 10% sobre o valor de crédito executado*.” E mais “*o contribuinte, por sua vez, em 14.06.2005, trouxe novos documentos aos autos, a fim de comprovar a efetiva saída das mercadorias, através de vendas realizadas para estrangeiros residentes no exterior. Os documentos mencionados foram submetidos a exame pelo Auditor Fiscal Antônio Barros Moreira Filho, responsável pela assessoria técnica da PGE/PROFIS, que, após minuciosa análise constatou a efetiva comprovação de registro no SISCOMEX de diversas operações, concluindo que o Auto de Infração deve ser julgado improcedente, reconsiderando a manifestação anterior de fl. 312, ante a nova documentação acostada*.” Conclui: “*Por todo o exposto, encaminhe-se ao Egrégio CONSEF para apreciação da representação anteriormente formulada, aduzindo-se que o Auto de Infração deve ser julgado Improcedente ante a efetiva demonstração de que as operações realizadas destinaram-se ao exterior, conforme apurado pela diligência realizada pelo ilustre Auditor Fiscal Antônio Barros Moreira Filho após apresentação de novos documentos pelo contribuinte, ensejando a aplicação da imunidade de que trata o artigo 155, § 2º, Inc X, “a” da Constituição Federal*.”

## VOTO

A questão das denominadas “importações indiretas” é por demais conhecida desta casa, pois esta lide desenvolve-se há mais de dez anos. Independente das questões que envolvem o Eg. Tribunal

de Contas do Estado e a sua estranha forma de controlar os atos do poder executivo bem como as decisões da Justiça Estadual, não podemos dar azo a este proceder do contribuinte pois o que devemos fazer e o temos feito de forma cautelosa é aplicação da norma estadual após um longo e exaustivo processo administrativo fiscal.

A posição adotada pela Fazenda Estadual tem o respaldo de todos os órgãos envolvidos no processo de interpretação e aplicação das normas tributárias no âmbito do Estado da Bahia , como bem colocou o Sr. Procurador-Chefe. Creio esgotados, todos os meios possíveis de rever o lançamento efetuado no âmbito do Poder Executivo. A última tentativa, inclusive em respeito ao devido processo legal , a amplíssima defesa e principalmente o respeito ao contribuinte e a seus argumentos, foi uma minuciosa diligência para constatar-se por qualquer meio idôneo de prova que efetivamente as mercadorias foram destinadas ao exterior. Não se tratou no lançamento de acusar-se sem prova, de que ocorreram vendas para o mercado interno mas, possibilitar ao contribuinte a comprovação de que “exportações foram realizadas”. E, neste caso, como colocou o Sr. Procurador *“após minuciosa análise constatou a efetiva comprovação de registro no SISCOMEX de diversas operações, concluindo que o Auto de Infração deve ser julgado **Improcedente**, reconsiderando a manifestação anterior de fl. 312, ante a nova documentação acostada”*.

Desta forma entendemos que a presente Representação deve ser ACOLHIDA para considerar o Auto de Infração IMPROCEDENTE.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM, os membros da Câmara Superior Conselho da Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

HELCÔNIO DE SOUZA ALMEIDA - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS